



ACÓRDÃO Nº443/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11299/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Barreirinha.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Joao Pereira Vasconcelos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 56/2022-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Barreirinha. Exercício de 2019.

Revelia. Irregularidade. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Considerar revel o Sr. Joao Pereira Vasconcelos, Presidente da Câmara Municipal de Barreirinha e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 20, §4º, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, c/c o artigo 88 da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.2. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Barreirinha, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do **Sr. Joao Pereira Vasconcelos**, Presidente da Câmara Municipal de Barreirinha e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas "b" e "c", todos da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas "b" e "c", da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM,

10.3. Aplicar Multa ao **Sr. Joao Pereira Vasconcelos**, Presidente da Câmara Municipal de Barreirinha e Ordenador de Despesas, à época, no valor de



ACÓRDÃO Nº443/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

R\$ 3.230,40 (03 x R\$ 1.706,80), fundamentada no artigo 54, inciso I, alínea “a”, da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, c/c o artigo 308, inciso I, alínea “a”, da Resolução nº 04/2002 (RI/TCE/AM), por mês de competência (janeiro, fevereiro e março), nos casos de inobservância de prazos legais, para remessa ao Tribunal, por meio informatizado ou documental, de balancetes mensais do exercício, conforme disposto na primeira improriedade deste voto, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Joao Pereira Vasconcelos, Presidente da Câmara Municipal de Barreirinha e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 1.706,80** (atraso no envio do 2º semestre), fundamentada no artigo 54, inciso I, alínea “c”, da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, c/c o artigo 308, inciso I, alínea “c”, da Resolução nº 04/2002 (RI/TCE/AM), por quadrimestre ou por semestre, segundo o caso, o atraso na publicação ou na remessa dos relatórios de gestão fiscal, conforme disposto na improriedade nº 10 deste Relatório/Voto, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da



ACÓRDÃO Nº443/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.5. Aplicar Multa ao Sr. Joao Pereira Vasconcelos, Presidente da Câmara Municipal de Barreirinha e Ordenador de Despesas, à época, no valor de R\$ 3.413,60 (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), por atos irregulares de que não resulte débito ao erário, com fulcro no artigo 54, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 308, inciso III da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades discriminadas no item referente ao Alcance imputado, e fixar **prazo de 30 (tinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.6. Determinar à ORIGEM que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite reincidir nas impropriedades relacionadas na fundamentação deste Voto, corrigindo-as em futuras prestações de contas, quais sejam:

10.6.1. Os balancetes mensais via sistema e-Contas, da Câmara Municipal de Barreirinha, foram encaminhados a esta Corte de Contas FORA do prazo estabelecido pela Lei



ACÓRDÃO Nº443/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Complementar nº 06/1991, art. 15 c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução nº 13/2015;

- 10.6.2.** Ausência de publicação dos balanços (orçamentário, financeiro e patrimonial) no Diário Oficial do Estado e/ou do Município, conforme estabelece o art. 9º, da Lei Complementar nº 06/91;
- 10.6.3.** Ausência de comprovante da disponibilização da Prestação de Contas apresentada pelo Chefe do Poder Executivo durante todo o exercício no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade, conforme disposto no artigo 49 da LRF;
- 10.6.4.** Ausência de Departamento e/ou servidor responsável pela guarda dos Bens Patrimoniais, descumprindo o previsto no artigo 94, da Lei nº 4.320/1964;
- 10.6.5.** Ausência de justificativas sobre o controle de Almoxarifado funcionando de forma ineficiente, pois o controle de materiais registra apenas a saída de objetos, não atualizando o saldo de material remanescente, em descumprimento com o princípio da eficiência (art. 37 da CF/88) e arts. 94, 95, 96 da Lei nº 4.320/64;
- 10.6.6.** Desatualização do Portal da Transparência, pois tal impropriedade prejudica a instrumentalização do controle social e descumpre a Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso a Informação quanto à implantação e manutenção do Portal de Transparência e ainda a Lei Complementar nº 131, de 26 de maio de 2009, que acresceu à Lei Complementar nº 101/2000 e demais dispositivos legais;
- 10.6.7.** As informações de interesse coletivo ou geral relacionadas ao Poder Legislativo não foram disponibilizadas, mensalmente (no que cabe), à sociedade via internet, independentemente de requerimento, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.527/11 (caput e §§1º e 2º);
- 10.6.8.** Ausência de Registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
- 10.6.9.** Ausência de Registro de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- 10.6.10.** Ausência de Registro das despesas;
- 10.6.11.** Ausência de Informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;



ACÓRDÃO Nº443/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 10.6.12.** Ausência de Dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras da empresa;
- 10.6.13.** Ausência de Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade;
- 10.6.14.** Descumprimento por este órgão do constante no artigo 29-A, inciso I da Constituição Federal, pois o índice de dispêndio de gastos com o poder legislativo representou 7,20%, do somatório da receita tributária e das transferências previstas no §5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior, portanto, fora do limite constitucional previsto;
- 10.6.15.** Não foi constatado nos autos documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme exige os incisos I, II, III, IV e V do artigo 29 da Lei de Licitações nº. 8.666/1993;
- 10.6.16.** Não detectamos documentação relativa à qualificação técnica, exigida nos incisos I, II, III e IV, do artigo 30 da Lei de Licitações nº. 8.666/1993;
- 10.6.17.** Ausência de comprovação de recolhimento por parte da contratada, das obrigações trabalhistas e previdenciárias, conforme artigo 71, da Lei nº. 8.666/1993;
- 10.6.18.** Ausência de Ato, designando um representante para execução do contrato que deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, como determina o §1º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666/1993;
- 10.6.19.** Ausência de indicação do recurso para despesa e comprovação da existência de previsão de recursos orçamentários (com a indicação das respectivas rubricas) que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas no exercício financeiro, conforme estabelece o inciso IV do artigo 30, do Decreto nº. 5450/2005, §2º, inciso III do artigo 7º, c/c o artigo 14 da Lei nº. 8.666/1993;
- 10.6.20.** Ausência de Manifestação do Controle Interno, dentre outras exigências legais;
- 10.6.21.** Ausência de Nota de Empenho dos referidos contratos, pois não se encontram cadastradas no sistema E-CONTAS (artigo 60, da Lei nº. 4.320/64);
- 10.6.22.** Ausência de Ato designatório de representante de contrato que anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, as decisões e providências que ultrapassem a competência do



ACÓRDÃO Nº443/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes como determina o §1º e o §2º, do artigo 67 da Li nº. 8.666/1993;

10.6.23. Ausência de Parecer Jurídico aprovando a minuta do contrato, como prevê o artigo 30, inciso IX, do Decreto nº. 5450/2005 e do artigo 38, parágrafo único, da Lei Federal de Licitação nº. 8.666/1993 e suas alterações;

10.6.24. Ausência de documentação relativa à qualificação econômico-financeira, a fim de comprovar a capacidade da contratada à prestação dos serviços solicitados, conforme artigo 30, I, II e III da Lei nº. 8.666/1993, c/c os §§ 2º, 3º, 4º e 5º, deste mesmo artigo;

10.6.25. Não consta nos autos a publicação trimestral na Imprensa Oficial, dos preços, como exige o §2º, do artigo 15 da Lei nº. 8.666/1993;

10.6.26. Ausência de comprovantes de publicações do Edital, conforme estabelece o Decreto nº. 3555/2000, anexo I, artigo 21, inciso XII e artigo 38, inciso II da Lei nº. 8.666/1993;

10.7. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 10ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 29 de Março de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral